



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600521 - Número Único: 0004952-30.2019.8.25.0084

Autor: HUGO TAVARES ROCHA SAMPAIO

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO NACIONAL DPVAT

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

Vistos etc.

HUGO TAVARES ROCHA SAMPAIO devidamente qualificado, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada nos autos do processo suprarreferido, aduzindo os fundamentos fático-jurídicos sucintamente infraestruturados.

Relata na vestibular ser beneficiário do seguro DPVAT, que entende lhe ser devido em virtude de acidente de trânsito, do qual resultaram fraturas de ossos do antebraço, razão pela qual almeja a condenação da seguradora acionada ao pagamento das despesas médicas oriundas do tratamento das sequelas decorrentes do acidente.

Afirma que os gastos totalizam R\$ 3.856,80, pugnando então que a requerida seja condenada a restituir o teto legal, qual seja, R\$ 2.700,00, tal como estabelecido no art. 3º, inciso III, da antiga Lei 6.194/74, descontado o ínfimo valor já recebido pela seguradora, qual seja R\$ 9,60.

Acostou aos autos os pertinentes documentos, a fim de munir de força probante as assertivas supra, a exemplo de documentos pessoais, laudo e relatórios médicos diversos, bem como recibos e notas fiscais.

Acrescenta que diante da situação sofreu danos que extrapolaram o comum, por isso pede que seja indenizado pelos danos morais sofridos.

Compondo a lide após validamente citada, ofereceu a seguradora ré tempestivamente contestação, mediante a qual postula a ausência de comprovação das despesas médico-hospitalares, rogando pela aplicabilidade do art. 3º, da Lei 6.194/74, em seu § 2º e, do qual deriva os requisitos para recebimento de reembolso do seguro e, por conseguinte, a desconfiguração de possíveis danos morais. Após, tece considerações acerca da aplicação dos juros legais e da correção monetária, almejando, em suma e por fim, a integral improcedência dos pedidos.

Vieram conclusos. É o relatório. Fundamento e decido.

Do mérito

Cuida-se de **AÇÃO DE COBRANÇA**, cingindo-se o pleito autoral à perseguição judicial do valor atinente à indenização do seguro DPVAT, aduzidamente não repassado, nos termos da legislação aplicável, com arrimo no art. 3º, III, da Lei 6.194/74.

Da análise do *in folio*, verifica-se que o acidente ocorreu em **10/01/2017**, consoante se avista do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito bem como dos diversos relatórios médicos acostados ao bojo dos autos, razão pela qual, em homenagem ao princípio do *tempus regit actum*, observar-se-ão as disposições legais constantes da Medida Provisória nº 340/2006, a qual foi posteriormente convertida na Lei nº 11.482/2007 e que, alterando a redação original da Lei 6.174/94, tratativa da matéria, assim prescreve:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

O caso em questão encaixa-se perfeitamente na hipótese de aplicação da supracitada legislação, considerando a já mencionada data de ocorrência do sinistro, ou seja, depois da entrada em vigor da MP nº 340/2006, de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida em lei.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça de Sergipe já se manifestou. Vejamos:

Apelação Cível - Cobrança de diferença de indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT) - Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07 porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de morte - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o estabelecido na Lei - Recurso conhecido e provido - Decisão Unânime. (Apelação Cível nº 2010211130, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, publicado em 16/05/2011)

Sendo assim, não há que se perquirir quanto a incidência da Lei nº 11.482/07, a qual prevê **o pagamento de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) a título de reembolso à vítima, em não sendo atestada invalidez permanente.**

Em enfrentamento ao cerne do litígio, de pronto, ressalto que o nexo de causalidade entre as ***lesões então sofridas pelodemandante e o acidente automobilístico*** remanesce provado pelos documentos acostados na inicial e os laudos constantes dos autos, os quais não apontam qualquer indício de vício ou inidoneidade material/formal à data da realização, não pairando quaisquer dúvidas quanto a correlação das lesões e sequelas outrora suportadas pela parte autora e o acidente de trânsito noticiado nos autos.

Em que pese alegações em sentido contrário da Requerida, essa não trouxe nenhuma prova ou indício capaz de impedir ou extinguir o direito do autor. As alegações não passaram de meras suposições sem prova alguma trazida aos autos que corroborasse tal alegação.

A questão reside no dever de reembolso integral de “**despesas por assistência médica**” - **DAM, observado limite legal**.

A prova documental, anexada com a petição inicial, demonstra-se idônea e farta para a demonstração dos custos particulares assumidos pela parte autora em decorrência do acidente de trânsito, destinados a alcançar assistência médico-hospitalar.

Ditos gastos estão em plena consonância com os relatos médico-hospitalar anexados aos autos, além de recibos e notas fiscais.

Portanto, não tenho dúvida que *o autor custeou valores* para fins de assistência médica.

Descabidas as impugnações da parte ré quanto a imprestabilidade da prova documental - **notas fiscais** -, porque nestas notas estão declinadas as unidades hospitalares, as quais prestam serviços de natureza médica e fisioterápico, nome de profissional médico, instrumentos utilizados para o tratamento da vítima – autora.

Nada desqualifica *as provas documentais dorequerente* como faz crer ademandada

As notas fiscais e documentos *deixam claro o desembolso dorequerente*.

Portanto, o complemento perseguido nestes autos está amparado por lei, sendo ilegítima a recusa no pagamento integral legal.

A correção monetária incide da data na qual foi pago valor inferior ao devido, enquanto os juros de mora incidem da citação.

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES. 1. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER S/A NO PÓLO PASSIVO. Qualquer seguradora que atue no consórcio responsável pelo pagamento de indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres pode ser demandada judicialmente para a complementação do valor da indenização paga, conforme preceitua o art. 7º da Lei nº 6.194/74, cabendo ao autor a escolha de contra quem ajuizar a demanda. 2. REEMBOLSO. Considerando o disposto no art. 3º, inciso III, da Lei 6.194/74, a autora faz jus à indenização pleiteada, uma vez que comprovadas as despesas relativas ao atendimento médico, atendimento hospitalar, internação e exames, como exige o art. 5º, § 1º, alínea b, da Lei 6.194/74. 3. CORREÇÃO MONETÁRIA. O termo inicial da correção é a data do pagamento administrativo parcial, sob pena de enriquecimento injustificado da parte demandada. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Adequada a fixação do percentual dos honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação, a teor do que dispõe o § 3º do art. 20 do CPC. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70038608014, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 15/12/2010).

No tocante ao **dano moral**, este está flagrantemente configurado em face da situação retro exposta. O abalo psíquico que sofreu o autor é presumível pelas próprias peculiaridades do fato. O transtorno decorrente da falta de ressarcimento por parte da seguradora de valor que se obrigou a quitar por lei, provocado pelo descaso com o consumidor, efetuando pagamento de 9,70 enquanto que o requerente havia comprovado a exaustão gastos muito superiores, consistente na má prestação do serviço, merece ser compensado por indenização. Ressalte-se que o reclamante por diversas vezes solicitou administrativamente a compensação das despesas, recebendo uma ínfima quantia a título de indeneização.

Para a sua fixação, ao contrário do que ocorre com relação aos danos materiais (art. 944 do Código Civil Brasileiro) inexistente qualquer critério legal específico para se fixar o valor da indenização, razão pela qual se tem a necessidade de seu arbitramento, que se dá pela via judicial, atendidas, para tanto, algumas peculiaridades.

Quanto aos critérios objetivos, há que se levar em consideração a capacidade socioeconômica do ofensor e ofendido, bem como a gravidade do dano, sua natureza e repercussão, estabelecendo um valor que não possa ser irrisório – para que se desestimule nova conduta – mas também, não possa ser exorbitante – para evitar o enriquecimento ilícito da vítima e o pagamento além das condições financeiras do ofensor.

Já quanto aos critérios subjetivos, deve-se levar em consideração o conceito de razoabilidade e proporcionalidade e, sempre, utilizar-se da prudência para estabelecer o *quantum debeatur*, atentando-se para o caso concreto.

Destarte, no caso em tela, ante a ilicitude da conduta da requerida, entende este juízo como razoável e proporcional à espécie, diante da capacidade econômica da ré e das circunstâncias fáticas do caso concreto, o valor de **R\$ 2.000,00(doismil reais)**.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS** para **CONDENAR** a requerida a pagar ao requerente, a título de danos materiais, o montante de **R\$ 2.690,40(dois mil seiscentos e noventa reais e quarenta centavos)**, corrigido monetariamente desde o efetivo desembolso com juros de mora de 1% desde a citação; além de condenar a requerida ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no importe de **R\$ 2.000,00 (doismil reais)**, acrescido de juros reais de 1% a.m., contados a partir da data da citação, nos termos do art. 406 do Código Civil, pois trata-se de responsabilidade contratual, e correção monetária pelo INPC, calculada da data da prolação desta sentença, consoante Súmula 362 do STJ.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios, tendo em vista que se trata de feito sob o rito da lei 9099/95.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju/SE, 29 de maio de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 31/05/2019, às 09:36:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001359914-14**.